

P 11 8 DEZ 1991

JORNAL DO BRASIL

Não à recessão e ao desemprego

Barbosa Lima Sobrinho *

Há alguns anos, Celso Furtado, superdoutor em Economia, consagrado com a divulgação de numerosa obra de estudos consagrados pelo seu mérito excepcional, distribuía, pela Editora Paz e Terra, um livro de capa branca em que se lia, em grandes letras vermelhas, *NÃO*. E logo abaixo, em tipo menor, a explicação: "Não à recessão e ao desemprego." Como um programa contra o roteiro de que se fazia propagandista o Fundo Monetário Internacional. Isso em 1983.

Mais importante do que o título era a declaração, no prefácio, de que "as desigualdades sociais se aprofundaram, a massa dos excluídos cresceu, ao mesmo tempo que se instalava a classe média na ilusão de uma prosperidade sem limites. Agora descobrimos que também fomos vítimas de uma série de engodos, que o país foi hipotecado a banqueiros estrangeiros e que foram assinados acordos com instituições financeiras internacionais que implicam derrogações de nossa soberania".

Mas aconselhando que nossas energias não se devem esgotar em perplexidades e indignação, observava Celso Furtado que "mais importante é encontrar

uma pista que nos conduza à saída do subterrâneo em que fomos confinados. Vivemos — continuava ele — um desses momentos graves na história de um povo em que é dever de todo cidadão interpelar os que estão no Poder e contribuir com o melhor de nossa capacidade na obra de reconstrução que se impõe".

As respostas, completava Celso Furtado, podem ser dadas sem ambigüidade, "basta que se diga, enfaticamente, *não à recessão*. Ninguém de bom senso e com um mínimo de espírito público pode aceitar que a recessão seja uma solução para os problemas brasileiros, em face da crise mundial atual.

A recessão é um tipo de política econômica que somente se justifica em países ricos, com seguro contra o desemprego, amplas reservas de câmbio e acesso ao crédito externo. Nós não preenchemos nenhuma dessas condições". E como o programa da recessão vinha, naquele momento, do Fundo Monetário Internacional, Celso Furtado recomendava: "Tudo o que é preciso, para recuperar o controle de nossa economia, é, em primeiro lugar, libertarmo-nos do controle do Fundo Monetário International (FMI) e, em seguida, soberanamente, as condições que o Brasil satisfará os seus compromissos financeiros externos". Os dois problemas estão ligados, pois o Brasil não aceitou a tutela

do FMI de modo próprio, e sim porque os seus credores externos, particularmente os bancos privados internacionais, imputaram essa condição para refinanciar a dívida. Por esse meio pretendem os banqueiros assegurar-se de que o governo brasileiro colocará os interesses dos credores, tanto do setor público, como do privado, acima de qualquer consideração de que a economia será ajustada de forma a capacitar-se para produzir dólares para os seus credores, a qualquer custo. O FMI, em si mesmo, não tem importância, pois os recursos que se podem obter são modestos."

Aí está a explicação da viagem do sr. Camdessus. É, sobretudo, a de trazer consigo uma cornucópia de louvores aos que se decidirem à execução de seus planos. Não há que fazer reservas à sinceridade de seu sorriso, quando apertou a mão do presidente do Brasil.

Não são poucos os esforços para legitimar o pagamento de juros, que o próprio sr. Joelmir Betting classificou como "subversivos", com assentimento de Fidel Castro. Juros que, submetidos a um critério de moralidade e justiça, nunca seriam absolvidos, pois existem para serem pagos por povos sacrificados. Não há necessidade de recorrer aos doutores católicos da antiguidade. O próprio papa d. João

Paulo II nunca os batizaria, pois que servem apenas para recordar a figura de Shylock, o Mercador de Veneza, que não teve argúcia bastante para imaginar e tornar realidade o Fundo Monetário International, como segurança dos banqueiros.

De um modo ou de outro, o Brasil vinha contornando dificuldades, que o sr. Delfim Netto classificava como "rolamento da dívida". A uma insistência maior, no tempo do presidente Geisel, o sr. Simonsen conseguiu escapar. Nos tempos do sr. José Sarney, valeu-lhe a política do feijão com arroz. Mas agora, com o sr. Fernando Collor de Mello, tudo se tornou mais fácil, com a sua equipe econômica de janízaros, que manejam os seus alfanjões, tanto nas demissões de funcionários, como na privatização de estatais rendosas, com um sorriso de pura felicidade.

Mas será que alguém tem prazer em caminhar para a recessão? Ou ter espasmos de gozo quando demite os pais dessas crianças que o presidente gostaria de levar pela mão, na rampa do Planalto? Recessão e desemprego são palavras que marcham de mãos dadas. Felizmente já se vai encontrando alguma reação.

O governador de São Paulo vem sentindo na carne o sofrimento de seus

governados e não ignora os efeitos de uma recessão de que já está suportando as primeiras consequências. O que terá reflexos da maior importância nas finanças do estado, criando problemas devastadores para a própria administração de São Paulo, cuja prosperidade marcha à frente de todas as unidades de nossa Federação. Basta levar em conta o Produto Interno Bruto de todos os anos, para avaliar a percentagem com que o estado de São Paulo concorrerá para o índice da recessão. Ninguém teria maior autoridade do que o governador de São Paulo para chefiar uma campanha em que se dissesse *Não à recessão*.

Não também ao desemprego, quando os demitidos formariam filas no caminho da autoridade responsável pela prosperidade do estado de São Paulo.

Seria até o caso de tomar o rumo de São João del Rei, para recordar a figura e a ação de um dos nossos maiores estadistas, o que se chamou Tancredo Neves. Não poderá ser esquecida a lição que ele deixou a todo o povo que o amava de que o Brasil não pagaria a dívida externa, contraída levianamente pelos governos anteriores, com a miséria e a fome do povo brasileiro. E não é senão isso o que está de novo em pauta, com um programa que tivesse por base a recessão e o desemprego. Afinal, qual a

responsabilidade do povo pelos empréstimos contraídos? Nunca foi ouvido e até mesmo se construiu um regime que o excluía das decisões, pela criação de um Colégio Eleitoral de que chegou a fazer parte o próprio sr. Fernando Collor de Mello, eleitor do sr. Paulo Maluf. Quem ia sofrer o impacto maior do pagamento da dívida do que esse povo sacrificado e espoliado?

Os jornais do Rio de Janeiro estão cheios de notícias sobre a situação dos camelôs. Que são eles, na verdade, senão vítimas da recessão, vítimas que não se resignam a morrer em silêncio, no desabroramento da recessão, quando procuram, de todos os modos, concorrer para a formação de uma economia informal, que não é mais que o único recurso que lhes resta para fugir da miséria e da fome?

Isso é o que todos podemos esperar de nossos governantes, que eles têm a necessária bravura para dizer aos credores de uma dívida externa, que veio das bases dos petrodólares, que desejam uma solução que não leve o povo brasileiro à miséria e à fome de um processo de recessão.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa